

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE

Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3232-8067 | (63) 3232-8238 | socs@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 14, DE 22 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência na Pós-Graduação *stricto sensu* na UFT.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunido em sessão ordinária no dia 22 de março de 2017 e,

CONSIDERANDO o texto da Constituição Federal, os incisos III, “*erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*”, e IV, “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*”, do Art. 3º; o *caput* do Art. 5º, “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade*”; e o inciso I do Art. 206, “*igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*”;

CONSIDERANDO que a UFT vem adotando políticas de ações afirmativas no âmbito da graduação, as quais abrangem tanto reserva de cotas para alunos de origem de escola pública, indígenas e quilombolas quanto medidas para a sua permanência na instituição, atendendo à Portaria Ministerial nº. 18, de 11 de novembro de 2012, que dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, o qual explicita em seu art. 5º, § 3º, que “*as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituírem reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade*”;

CONSIDERANDO que a Política de Ações Afirmativas, adotada pela UFT, para a graduação tem sido definida pela Resolução CONSEPE nº 03A/2004 (alterada pela Resolução CONSEPE nº 10/2011), que dispõe 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos e campus da UFT para alunos indígenas, e também pela Resolução do CONSUNI nº 14/2013, que dispõe sobre a implantação do sistema de cotas para os alunos quilombolas em todos os cursos

de graduação da UFT e destina o percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos de graduação da UFT;

CONSIDERANDO que a UFT reserva vagas específicas a candidatos surdos em processo seletivo vestibular para o curso de Licenciatura em Letras: Libras¹, de acordo com o decreto federal nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO que a Pós-Graduação da UFT já dispõe de vagas para alunos indígenas, pretos e pardos, como: o Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL), o Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) e o Mestrado e Doutorado em Ciências do Ambiente;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar as Políticas de Ações Afirmativas no âmbito da Pós-Graduação na UFT, conforme a Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 13, de 11 de maio de 2016, que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Política de Ações Afirmativas para pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência na Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFT, conforme anexos a esta Resolução.

Parágrafo único. Os Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Federal do Tocantins deverão adotar ações afirmativas para a inclusão e a permanência da população preta, parda, indígena, quilombolas e/ou pessoas com deficiência no seu corpo discente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Vice-reitor, no exercício da Reitoria

¹ LIBRAS - A língua brasileira de sinais é reconhecida como “meio legal de comunicação e expressão”, através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e do Decreto Federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005”.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.

Anexo único da Resolução nº 14/2017 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 22 de março de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 14/2017 – CONSEPE

**POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
STRICTO SENSU DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS.**

CAPÍTULO I

DO INGRESSO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 1º Consideram-se negros (incluindo pretos e pardos) e indígenas, para os fins desta Resolução, os candidatos que se autodeclararem como tal (Anexo II, III e IV) em documento preenchido no ato da inscrição no processo seletivo, conforme os quesitos cor e raça utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§1º. Os candidatos negros (incluindo pretos e pardos) deverão apresentar, no ato da inscrição, o Termo de Autodeclaração Étnico-Racial (Anexo II), como também o Termo de Veracidade e de Responsabilidade das Informações (Anexo VI).

§2º. Os candidatos indígenas deverão apresentar, no ato da inscrição, a Declaração de Pertencimento emitida pelo grupo indígena assinada por liderança local (Anexo III), conforme a Convenção nº 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada em 26 de julho de 1989 e, também, o Termo de Veracidade e de Responsabilidade das Informações (Anexo VI).

Art. 2º Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes”, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949/2009 (DOU, nº 136, 18 de julho de 2014).

Parágrafo único. É considerada pessoa com deficiência, conforme o art. 5º da Lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004, a que se enquadra nas seguintes categorias:

I - *deficiência física* - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - *deficiência auditiva* - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - *deficiência visual* - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - *deficiência mental* - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho.

V - *deficiência múltipla* - associação de duas ou mais deficiências (DOU, nº 136, 18 de julho de 2014).

Art. 3º Os candidatos com deficiência deverão apresentar, no ato da inscrição (Anexo V), o original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico com CRM, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como o Termo de Veracidade e de Responsabilidade das Informações (Anexo VI).

Art. 4º Os candidatos quilombolas deverão apresentar, no ato da inscrição, a Declaração de Pertencimento, emitida pela Associação da comunidade Quilombola, assinada pelo presidente da Associação (Anexo IV), como também o Termo de Veracidade e de Responsabilidade das Informações (Anexo VI).

Art. 5º O processo seletivo dos Programas de Pós-Graduação será regido por edital específico, segundo os termos do Regimento dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFT, sendo garantida à coordenação, por meio do edital, a liberdade de definir critérios específicos para o ingresso dos discentes, considerando as especificidades das áreas do conhecimento e as diretrizes do órgão federal de avaliação e acompanhamento.

Parágrafo único. Os candidatos cotistas serão considerados isentos da cobrança de taxas de inscrições.

Art. 6º O número de vagas oferecido em cada processo seletivo será fixado no edital, observando que, em qualquer caso, o percentual deverá ser de até cinquenta por cento (50%) das vagas reservadas a candidatos(as) de que trata essa resolução.

§1º. Os candidatos pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

§2º. Os candidatos pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência classificados, dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência, não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

§3º. Em caso de desistência de candidatos pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência, aprovados em vagas reservadas, a vaga será preenchida pelo candidato preto, pardo, indígena, quilombola e/ou pessoa com deficiência posteriormente classificado.

§4º. Na hipótese de não haver candidatos pretos, pardos, indígenas, quilombolas e/ou pessoas com deficiência, aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos demais candidatos aprovados observada a ordem de classificação.

CAPÍTULO II

DAS AÇÕES NECESSÁRIAS À PERMANÊNCIA NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 7º As Coordenações dos Programas de Pós-Graduação poderão definir explicitamente ações e atividades complementares que maximizem a possibilidade de acesso, permanência e participação de estudantes que ingressarem pelo sistema de cotas em seu corpo discente, realizando um acompanhamento contínuo de todas as suas atividades no Programa.

Parágrafo único. Aplicam-se aos discentes que ingressarem pelo sistema de cotas as mesmas regras aplicadas aos demais discentes do PPG no que se refere ao desenvolvimento de

suas atividades conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução Geral da Pós-Graduação da UFT e regulamento interno do Programa.

Art. 8º Sugere-se às Comissões de Bolsa dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que considerem os termos do Art. 6º a fim de definir critérios que contemplem os candidatos aprovados pelo sistema de cotas, observadas as normas dos órgãos de fomento e de acompanhamento e avaliação.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Esta Resolução não se aplicará aos processos seletivos cujos editais já tiverem sido publicados antes de sua entrada em vigor.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Técnica de Pesquisa e Pós-Graduação da PROPESQ.

Palmas-TO, 22 de março de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 14/2017-CONSEPE

TERMO DE AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, CPF _____, portador do documento de identidade _____, declaro, para o fim específico de atender à documentação exigida pela Resolução Consep nº 14/2017 e aderir ao Edital nº. _____ do Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em _____ da Universidade Federal do Tocantins, em nível de Mestrado e/ou Doutorado, me autodeclaro:

- preto
- pardo
- indígena

O(a) candidato(a) também deverá anexar a esse termo o anexo VI.

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) Candidato(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO III DA RESOLUÇÃO Nº 14/2017-CONSEPE

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO (INDÍGENA)

NÓS, abaixo assinados, membros da comunidade (nome da comunidade) _____,

DECLARAMOS, junto à Universidade Federal do Tocantins, e **para efeito de efetivação de matrícula de candidato à vaga reservada pelo sistema de cotas para Indígenas na Pós-Graduação** *Stricto* *Sensu*, que

_____ (nome do(a) candidato(a)), portador(a) do Registro Geral (nº do RG): _____ Órgão

Expedidor: _____ e titular do CPF nº _____, filho(a) de (nome da mãe) _____ e de (nome do pai)

_____, candidato(a) ao Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sentsu* da UFT

_____, Edital nº. _____, é **INDÍGENA** pertencente à etnia _____ (nome da etnia/tribo), da aldeia _____ (nome da aldeia), localizada no município de _____, estado _____.

Declaramos, ainda, ter ciência de que:

- ✓ **As informações prestadas por nós para o processo de análise da condição declarada pelo(a) candidato(a) acima descrito(a), com vistas à inclusão na modalidade Reserva de Vagas, são de nossa inteira responsabilidade, pois quaisquer informações inverídicas prestadas implicarão no indeferimento da solicitação de Reserva de Vagas ao referido candidato(a) e aplicação das medidas legais cabíveis.**
- ✓ **Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, o candidato(a) estará automaticamente eliminado(a) do Processo Seletivo em nível *Stricto Sensu* da UFT e perderá, conseqüentemente, o direito à vaga conquistada e a**

quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requer.

✓ Se falsa for esta declaração, incorrerei nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica).

✓ O(a) candidato(a) também deverá anexar a esse termo o anexo VI.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20__.

Liderança reconhecida 1 (Nome completo e identificação)

Liderança reconhecida 2 (Nome completo e identificação)

Liderança reconhecida 3 (Nome completo e identificação)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO Nº 14/2017-CONSEPE

[CABEÇALHO OU RODAPÉ CONTENDO O TIMBRE DA ASSOCIAÇÃO DO QUILOMBO, COM O CNPJ, ENDEREÇO, TELEFONE E/OU E-MAIL PARA CONTATO]

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO (QUILOMBOLA)

Eu, _____
(nome completo), _____ presidente da associação _____ (nome da associação),
constituído por meio de _____ (forma pelo
qual foi nomeado presidente), na data de _____ (data no qual foi empossado
presidente), pelo período de _____ (informar o período de
vigência do mandato), **DECLARO**, junto à Universidade Federal do Tocantins, e para efeito de
efetivação de matrícula de candidato à vaga reservada pelo sistema de cotas para Quilombola,
que _____ (nome do
candidato), portador(a) do Registro Geral (nº do RG): _____ Órgão
Expedidor: _____ e titular do CPF nº _____, filho (a) de
(nome da mãe) _____ e de (nome do pai)
_____, candidato (a) ao Processo Seletivo
do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sentsu* da UFT
_____,
Edital nº _____, é **QUILOMBOLA** pertencente ao
_____(nome do quilombo), da cidade de
_____(nome da cidade),
estado _____.

Declaro, ainda, ter ciência de que:

✓ **As informações prestadas por mim para o processo de análise da condição declarada pelo(a) candidato(a) acima descrito(a), com vistas à inclusão na modalidade Reserva de Vagas, são de minha inteira responsabilidade, pois quaisquer informações inverídicas**

prestadas implicarão no indeferimento da solicitação de Reserva de Vagas ao referido candidato(a) e aplicação das medidas legais cabíveis.

✓ **Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa, o candidato(a) estará automaticamente eliminado (a) do Processo Seletivo em nível *Stricto Sensu* da UFT e perderá, conseqüentemente, o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela decorrentes, independentemente das ações legais cabíveis que a situação requer.**

✓ Se falsa for esta declaração, incorrerei nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica).

✓ O(a) candidato(a) também deverá anexar a esse termo o anexo VI.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Nome e identificação do presidente da Associação do Quilombo
(Reconhecer firma em cartório)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO V DA RESOLUÇÃO Nº 14/2017-CONSEPE

DECLARAÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Eu,

_____,
CPF _____, portador do documento de identidade _____, declaro,
para o fim específico de atender à documentação exigida pela Resolução Consepenº.
_____ e aderir ao Edital nº. _____ do Processo Seletivo do Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em _____ da
Universidade Federal do Tocantins, em nível de Mestrado e/ou Doutorado, me autodeclaro
portador da deficiência (especificar o
nome) _____

_____, conforme o art. 5º da Lei 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

Para efeito da inscrição ao processo seletivo, é obrigatório a apresentação do **original ou cópia autenticada em cartório do laudo médico com CRM**, emitido nos últimos doze meses, **atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência**, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (**CID-10**). O(a) candidato(a) também deverá anexar a esse termo o anexo VI.

Por ser verdade, datamos e assinamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) Candidato(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO VI DA RESOLUÇÃO Nº 14/2017-CONSEPE

TERMO DE RESPONSABILIDADE e VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

Eu,

_____ de nacionalidade _____, natural de _____, domiciliado (a) em _____ (endereço completo com CEP) N°: _____ Compl: _____

_____ Bairro: _____ Cidade: _____

Estado: _____ CEP: _____ portador(a) do Registro Geral (n° do RG): _____

_____ Órgão Expedidor: _____, do

CPF _____, filho (a) de _____ (nome da mãe)

_____ e de _____ (nome do pai)

_____ candidato (a) ao **Processo Seletivo do**

Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

_____ para o _____ semestre de

_____ *declaro*, junto à Universidade Federal do Tocantins, **ter conhecimento expresso e**

concordar plenamente com os termos estabelecidos no Edital n° _____ para acesso ao

curso em nível de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFT, campus de

_____.

Declaro, ainda, ter ciência de que:

✓ Competia-me exclusivamente, no ato da inscrição, certificar-me de que cumpria os requisitos estabelecidos pela UFT, para concorrer à reserva de vagas, Resolução Consepe Nº14/2017, sob pena de perder o direito à vaga caso seja selecionado e não atenda aos critérios elencados no Edital para acesso ao curso *Stricto Sensu* da UFT;

✓ **Na hipótese de configuração de fraude na documentação comprobatória em qualquer momento, inclusive posterior à matrícula, assegurado o meu direito ao contraditório e a ampla defesa, estarei automaticamente eliminado (a) do Processo Seletivo/UFT, Edital N. _____ e perderei, conseqüentemente, o direito à vaga conquistada e a quaisquer direitos dela**

decorrentes, independentemente das ações legais e penais cabíveis, podendo incorrer nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica).

Local e data: _____, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Candidato(a)